



REJEITAR!

A PERDA DE DIREITOS, EMPREGOS E O DESMONTE DA PETROBRÁS CONSTRUIR A GREVE NACIONAL PETROLEIRA UNIFICADA!

O Sindipetro-RJ realizará assembleias entre os dias 9 e 17 de outubro para avaliar a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), encaminhada pela mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) o calendário será divulgado no boletim de amanhã.

POR QUE REJEITAR A PROPOSTA

O Tribunal Superior do Trabalho manteve a maior parte dos ataques do texto anterior de Castello Branco/Bolsonaro. Saiba o que você petroleiro(a) perde, entre outras coisas:

- Reajuste sobre salários e benefícios de 2,29% (70% do INPC) abaixo da inflação;
- Reajuste das tabelas AMS pelo VCMH em março de 2020;
- Criação de banco de horas de até 168 horas positivas e 84 negativas;
- Fim das inscrições no Programa Jovem Universitário em setembro/2019;
- Redução do valor pago na hora extra turno feriado de 100% para 50%;
- Diminuição do valor pago na passagem de turno de 100% para 75%;
- Para os aposentados o índice proposto é ainda mais prejudicial;
- Fim do auxílio Amazonas para novos empregados ou para quem não já o recebe hoje;
- Fim da garantia do adiantamento do 13º salário em fevereiro;
- Transformação da gratificação de férias em abono, sem reflexo em Petros, INSS e FGTS;



- Implantação do turno de 12h sem aval dos trabalhadores por decisão unilateral da empresa;
- Fim do fundo garantidor para contratos de terceirização;
- Fim da Comissão de Anistia.

LIMINAR MOSTRA QUE EMPRESA ESTÁ ERRADA

Na última sexta (4), o Sindipetro-RJ obteve uma importante liminar na Justiça do Trabalho do Rio que garante direitos históricos contidos em normas internas da própria empresa e que a direção quer suprimir. Sabemos que uma liminar não é uma decisão definitiva de qualquer juizado, mas essa decisão mostra claramente que nada do que a Petrobrás diz é verdade e que suas decisões podem ser sim questionadas e combatidas quando se tem embasamento para compor nossa razão na defesa de nossos direitos, não adiando a política de medo e terror contra a força de trabalho.

Por isso, aplicar a nova CLT com acordos individuais é uma atitude questionável e até mesmo passível de ser derrubada pelas vias constitucionais, embora não devamos contar com isso. Assim, o papel da mobiliza-

ção da categoria ganha importância fundamental neste momento. A direção da Petrobrás não pode achar que é possível fazer o que quiser ao seu bel prazer de forma impune, contra os petroleiros e petroleiras.

GREVE GARANTE DIREITOS

Temos o exemplo da situação dos Correios, cujos funcionários realizaram uma greve após a empresa ter rompido a mediação também com o TST. A negociação foi então para dissídio, no qual foi garantido o atual acordo daquela categoria por mais dois anos. Isso não quer dizer que o dissídio é o caminho e nem é isso que queremos, senão derrotar a direção da Petrobrás através da força da nossa mobilização. Mas o fato é que sem a greve já estariam amargando perdas.

INDICATIVO DE GREVE

As assembleias também devem votar o indicativo de greve buscando a unificação do movimento nacional. O Sindipetro-RJ/FNP em nome da unidade do movimento, buscam um acordo para a construção da greve unificada, e nesse sentido construiremos nosso calendário.

APELO À UNIDADE APESAR DE INDICATIVOS DIFERENTES DAS FEDERAÇÕES

Estamos não só abertos, como convencidos da necessidade de entendimentos para unificar o calendário de greve. Propomos aprovar, nas assembleias uma resolução que propicie alcançar esse objetivo, para que todos ou boa parte dos sindicatos cheguem ao entendimento ou à deflagração da greve a partir das bases que tradicionalmente iniciam o movimento.

É preciso esclarecer que, em determinado momento, a direção da FUP resolveu suspender a reunião da mesa unitária das federações e traçar outro caminho, apostando em uma negociação que não existe, enquanto a empresa e o governo tocam o terror, abrindo a guarda para rebaixar direitos.

A contraproposta enviada pela FUP ao TST em sua petição de 26/9, e que ela quer que suas assembleias aprovem agora, elencou alguns

pontos “divergentes” (“conteúdo negocial”) que reduzem a 6 os pontos faltantes para o fechamento do ACT. Ficaram de fora cláusulas do atual Acordo Coletivo como a reposição da inflação nas tabelas salariais e benefícios, garantia do adiantamento do 13º salário em fevereiro, gratificação de férias com reflexo em Petros/INSS/FGTS, fundo garantidor para contratos de terceirização, programa Jovem Universitário para novas inscrições, auxílio Amazonas para novos empregados ou para quem não já o recebe hoje, entre outros.

Consideramos que é um erro levar para a categoria uma proposta que aceita a retirada de direitos. Mas entendemos que a federação tem autonomia para fazê-lo. É possível aproximar o início da greve, já que antecipadamente fez constar nos autos da mediação sua contra-

proposta havendo tempo de sobra para a Petrobrás apreciá-la.

Por outro lado, ao, pela primeira vez, haver uma data concreta no indicativo da FUP e estarmos juntos na rejeição da proposta do TST, é possível chegarmos a um alinhamento de data única. Ainda, ao ter um documento da Petrobrás fixando a data do dia 23 para assinatura do Acordo Coletivo, entendemos que antes disto já se configura uma data para o início do movimento, inclusive permitindo discutir o melhor dia da semana para tal.

Por fim, continuamos abertos ao diálogo, mas acreditamos que o momento agora é de deflagrar a greve.

NÃO ENTREGAREMOS A PETROBRÁS, NOSSOS EMPREGOS E DIREITOS SEM LUTAR!, A GREVE É URGENTE E NECESSÁRIA!

DIVIDIR PARA CONFUNDIR E DESMOBILIZAR

Investindo na divisão da categoria e atacando o operacional

No momento, está sendo colocada em prática uma política de rebaixamento de ACT. Tanto a proposta rejeitada da Petrobrás como a do TST apresentam o “tem a perder” de forma direta para os operacionais, quando cria, por exemplo, um banco de horas que vai impactar diretamente nas suas horas extras, aplicando também a redução dos percentuais de horas extras trabalhadas em regime de turno em feriados. E mais uma significativa redução de 100% para 50% para as horas trabalhadas em regime de turno em períodos de feriado e redução de 100% para 75% na troca de turnos.

Qual o objetivo em aplicar essa política de redução em uma área tão importante quanto a operacional? Simples: atacar a força de trabalho em sua parte mais

tradicionalmente mobilizada, que integra a área de operação, separando-a ainda mais do pessoal administrativo que venha a se sentir, equivocadamente, contemplado por uma proposta rebaixada, tudo pelo terrorismo da aplicação da CLT.

Outro ponto é o tal piso de R\$ 11.678,90 para elegibilidade na relação de negociação individual, em que alguns funcionários com diploma de nível superior, totalizando 6.692 pessoas, serão enquadrados nos termos da nova CLT para assinatura do fajuto Acordo Individual. Tal atitude, claramente, tenta influenciar parte da categoria a aceitar uma imposição negocial da direção da empresa, ainda apostando no medo e na desinformação, além de promover o pensamento contrário à ação e defesa coletiva.



CURSO ADIADO - O curso “Riscos do Benzeno”, realizado pelo sindicato, está no meio de uma conjuntura de lutas: por um lado a ofensiva contra os trabalhadores e a EXTINÇÃO da Comissão Nacional Permanente do benzeno (CNPBz) por parte do governo Bolsonaro; por outro, a construção da greve dos petroleiros. Este curso, em particular, vai acontecer numa data decisiva não unicamente contra a exposição ao Benzeno, mas em memória de todos os trabalhadores mortos e representados por Roberto Viegas Kapra, trabalhador morto pelos efeitos do benzeno na RPBC, além de representar a luta contra a privatização da Petrobrás. Em breve definiremos as datas de realização e de começo de inscrições.

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

www.sindipetro.org.br

☎ (21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália Russo, Vinícius Camargo | ☎ (21)3034-7307/7337

Edição e Redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ)

Secretaria: Ronaldo Martins | **Designer Gráfica:** Adriana Gulias

Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 7.500



1- POR QUE OS SINDICATOS NÃO FIZERAM ASSEMBLEIAS PARA VOTARMOS A PROPOSTA DO TST?

Porque não havia sentido algum em votar a proposta do TST sem a Petrobrás ter dado o aceite e apresentado sua minuta. A ordem que o TST colocou (trabalhadores primeiro, empresa depois) não é a lógica. O documento do TST não obrigava a realização de assembleias. Nenhuma ilegalidade foi cometida.

Decidimos questionar a categoria quanto ao que fazer: votar em assembleia uma proposta que não existe ou pleitear ao TST a inversão da ordem pelo que deve ser (empresa primeiro)? Ganhou a segunda opção. Se houvesse assembleia em todas as bases para decidir isso, não haveria tempo de peticionar se a segunda opção fosse vitoriosa.

Divulgamos o chamado desta assembleia em nossos meios de comunicação e presencialmente nos locais de trabalho. E, repetindo: a Petrobrás não deu o aceite da proposta do TST e até questionou se poderia aceitá-la parcialmente <https://sindipetro.org.br/jornal-141/> <https://sindipetro.org.br/jornal-143/> <http://bit.ly/2naBTEA1>

2- OS SINDICATOS INDICAM A REJEIÇÃO À PROPOSTA DO TST. RECENTEMENTE A PETROBRÁS INFORMOU QUE PODE ACEITÁ-LA. NÃO É MELHOR QUE ENGOLIR A CLT?

Aceitar uma proposta rebaixada a este nível é ajudar a direção da empresa a pavimentar o caminho da privatização. Se migrar para a CLT fosse tão fácil e imediato, a empresa já teria feito há muito tempo. <http://bit.ly/terrorismoclt>

A direção da Petrobrás está medindo nosso grau de mobilização e conta com suas políticas de terror para evitar uma greve. Somente reagindo poderemos de

fato evitar a CLT, pois esperar somente o Judiciário é fincar bases em terreno movediço.

3- SOU ELEGÍVEL E QUERO TENTAR A NEGOCIAÇÃO INDIVIDUAL PARA ME PROTEGER. NÃO É MELHOR QUE ME ARRISCAR A CAIR NA CLT?

Muito pelo contrário. A negociação individual enfraquece o (a) funcionário (a) elegível e o coletivo. A Petrobrás oferece a proposta de ACT amplamente rejeitada nas assembleias, prometendo que é possível a migração para o coletivo, se houver manifestação de interesse para tal, mas não deixa claro os termos envolvidos no processo. Assim como no caso do PCR, é mais uma armadilha caracterizada pela falta de transparência.

4- POR QUE NÃO CUIDAMOS DO NOSSO ACT PRIMEIRO E PENSAMOS NA LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DEPOIS?

O processo de “negociação” do ACT tem íntima ligação com a luta contra a privatização, uma vez que o enxugamento dos passivos trabalhistas é etapa fundamental no processo.

A direção da empresa tem vendido ativos estratégicos de forma assustadoramente acelerada, planeja reduzir a empresa aos estados do Rio, São Paulo e Espírito Santo e abandona segmentos que representam o futuro da indústria de energia no mundo.

Defender o discurso de “virar a página do ACT” para depois lutar contra as demissões, o desmonte e privatização da Petrobrás, é um discurso equivocado. Certamente uma greve que não envolva o ACT será muito mais difícil. Se-

gundo, porque nossa Campanha Reivindicatória é centrada na manutenção de todos os direitos históricos já conquistados.

Ou seja, sucumbiremos à perda de direitos, teremos milhares de demissões, uma categoria desmobilizada e dividida, tendo que fazer a greve “depois do ACT” do mesmo jeito. Com este suposto quadro, está claro que, dissociada do ACT, a greve ficará muito difícil e a privatização da empresa será inevitável.

5- POR QUE NÃO TRACAMOS ESTRATÉGIAS JURÍDICAS CONTRA AS AMEAÇAS DA PETROBRÁS DE MIGRAR PARA A CLT ETC?

Certamente os jurídicos dos sindicatos o fazem, mas nem sempre podemos revelá-las antecipadamente. É o caso da liminar recentemente obtida e outras iniciativas.

6- UMA GREVE PODE NOS FAZER PERDER APOIO POPULAR?

Em todas as pesquisas de opinião a população mostra-se contrária à privatização e não é mais possível temer que essa tendência mude por conta de uma greve.

Temas sensíveis como o aumento do preço dos combustíveis e o abandono de regiões inteiras do país nos colocam ao lado de todo o povo brasileiro.

Vivemos os últimos momentos para salvar a Petrobrás e o Brasil, por consequência. Sem a greve, já perdemos e as demissões em massa serão mera questão de tempo. Começando aliás pelo administrativo.

VAMOS À GREVE!



“EU NÃO ABRO MÃO, A PETROBRÁS PARA O POVO E PARA A EDUCAÇÃO”

Nesta quinta-feira (3) milhares de pessoas participaram, no Centro do Rio de Janeiro, do Ato “Luto pelo Brasil”, um evento organizado pela Frente Popular e Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional que agrega legisladores, partidos, movimentos sociais, movimento sindical, entre outros atores. A data marcou o 66º aniversário de criação da Petrobrás, e os petroleiros participaram com uma coluna, com a presença de suas representações sindicais. Concentrados inicialmente na Candelária, os manifestantes caminharam em direção à sede Petrobrás (EDISE), onde o ato foi encerrado com uma série de falas de políticos, representantes sindicais e do movimento social.

Lutar contra um ACT rebaixado faz parte da defesa da Petrobrás - Em meio às negociações de um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com a Petrobrás,

cujas negociações apresenta um comportamento assediador, sendo irredutível na sua intenção de retirar direitos históricos da categoria, privatizando suas subsidiárias e outros à toque de caixa, a luta da categoria petroleira foi também apresentada. (Leia na íntegra em <http://bit.ly/petrobrasdopovo>)

LEILÃO DO EXCEDENTE DA CESSÃO ONEROSA: PETROBRÁS PERDERÁ DE IMEDIATO A OPERAÇÃO NOS CAMPOS GIGANTES DE ATAPU E SÉPIA

Enquanto no Congresso prossegue a briga para decidir quem (estados e municípios) e quanto cada um vai abocanhar com os recursos a serem arrecadados no leilão do excedente da Cessão Onerosa, a ANP corre e já agenda o certame para o dia 6 de novembro.

O grande feirão entreguista vai oferecer o direito de produção do excedente das áreas de Atapu, Sépia, Búzios e Itapu, na Bacia de Santos, que possuem entre 6,1 bilhões e 15,1 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), para as empresas interessadas que deverão pagar um bônus de assinatura de R\$ 106,5 bilhões. Deste total serão descontados R\$ 33,6 bilhões, pagos à Petrobras pela revisão do contrato da Cessão Onerosa firmado em 3/9/2010. O restante dos recursos será dividido conforme os termos de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada nesta semana no Senado: R\$ 10,95 bilhões (15%) ficarão com os estados; R\$ 10,95 bilhões (15%) com os municípios; R\$ 2,19 (3%) bilhões com o Rio de Janeiro. A União ficará com R\$ 48,9 bilhões.

UM POTENCIAL DE TRILHÕES DE REAIS VENDIDO POR MIGALHAS, A SEREM RATEADAS E PULVERIZADAS EM POUCO TEMPO NAS MÃOS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - Que certamente não reverterão os recursos para Educação e Saúde de suas respectivas populações. Se tivesse sido mantida a resolução CNPE N1 de 2014, que aprovou a contratação direta da Petrobrás para produzir o Excedente em regime de partilha, seriam gerados só para saúde e educação, R\$ 642 bilhões. Mas a resolução foi anulada no governo Bolsonaro.

Vale lembrar que nas áreas de Búzios, de abrangência territorial do Sindipetro-RJ, operam quatro plataformas : P-74,P-75,P-76 e P-77. Com o famigerado leilão, a propriedade das plataformas, poços e equipamentos submarinos passará também às empresas vencedoras do certame na medida da participação que elas irão adquirir na partilha. Em um primeiro momento, a operação dessas plataformas será da Petrobrás, que exerceu a preferência em Búzios e

Itapu e não vai perder a operação imediatamente. Mas nos acordos de coparticipação, instrumentos criados para viabilizar este leilão esdrúxulo, há uma cláusula de redeterminação das participações. Com isto, no futuro, tudo pode ser vendido para os parceiros na partilha do excedente. O que é muito estranho foi a Petrobrás não ter exercido a preferência da operação nos gigantes de Atapu e Sépia onde há volumes recuperáveis na casa de bilhões de boe. Nestes, ao não exercer a preferência, a Petrobrás já está praticamente sinalizando que não será a operadora.

Outra agravante do dano à Petrobrás é a antecipação da produção que as multinacionais estrangeiras poderão pedir antes mesmo de pagar a compensação à Petrobrás. Imagine-se a entrega de parte da produção de Búzios, que já é o terceiro campo produtor do Pré-Sal. Este é mais um absurdo cometido contra a Petrobrás e a população brasileira que devemos também combater.

Lançamentos dos livros:
- **Prisões de estimação**, de Winter Bastos,
- **O Beco do Rato**, de José Petrola

QUINTA 10 OUTUBRO às 18h

Sindipetro RJ FNP Av. Passos, 34